

## **Orçamento Público: produção científica no Brasil de 2012 a 2016**

Claudete Maria da Silva – UTFPR - claudete@utfpr.edu.br  
Katia Regina Hopfer – UTFPR – katia@utfpr.edu.br

**Resumo:** No Brasil, com a convergência às normas internacionais de contabilidade e a busca pela eficiência e eficácia na administração pública, o tema orçamento público vem ao longo do tempo ganhando importância. Apesar da relevância, estudos constataram que ainda há poucas publicações científicas na área. Diante deste cenário, o objetivo deste artigo foi analisar o desenvolvimento das pesquisas científicas sobre orçamento público no Brasil no últimos anos. Como metodologia realizou para coleta de dados a pesquisa bibliográfica, com abordagem quantitativa. A pesquisa foi realizada em duas renomadas bases de dados: Scielo e Spell e nos principais congressos brasileiros da área: EnANPAD, Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, Congresso ANPACONT e Congresso Brasileiro de Custos. Ao final foram reunidos 62 artigos que definiram o portfólio analisado. Como principais resultados, observou-se que o EnANPAD foi o evento com maior número de publicações, com 10 artigos, representado 47% e a Revista do Serviço Público a expoente, com a edição de 05 pesquisas. No período analisado, constatou-se que o orçamento público é de interesse para muitos pesquisadores e que o assunto foi abordado em diversos contextos, vinculado a outras áreas de conhecimento.

**Palavras-chave:** Orçamento Público, Pesquisa Científica, Publicações.

## **Public Budget: scientific production in Brazil from 2012 to 2016**

**Abstract:** In Brazil, with the convergence to the international norms of accounting and the search for efficiency and effectiveness in public administration, the subject public budget comes over time gaining importance. Despite the relevance, studies have found that there are still few scientific publications in the area. Given this scenario, the objective of this article was to analyze the development of scientific research on public budget in Brazil in recent years. As methodology carried out for data collection the bibliographical research, with quantitative approach. The research was carried out in two renowned databases: Scielo and Spell and in the main Brazilian congresses of the area: EnANPAD, USP Congress of Controllershship and Accounting, ANPACONT Congress and Brazilian Congress of Costs. At the end, 62 articles were defined that defined the analyzed portfolio. As the main results, it was observed that EnANPAD was the event with the highest number of publications, with 10 articles, represented 47% and the Public Service Magazine the exponent, with the publication of 05 surveys. In the period under review, it was found that the public budget is of interest to many researchers and that the subject was addressed in several contexts, linked to other areas of knowledge.

**Key-words:** Public Budget, Scientific Research, Publications

---

Ponta Grossa, Paraná, Brasil – 06 a 08 de junho de 2018

## 1 Introdução

Pode se afirmar que são funções do Estado, dentre outras, o fornecimento e manutenção dos serviços à comunidade visando o bem comum, bem como o controle e a correta aplicação do erário público. “O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores”(BRASIL..., 2016, p. 21).

Neste contexto o orçamento é o mecanismo para que sejam atingidas as metas propostas. Kohama (2009, p. 40) corrobora quando cita que o “orçamento é um ato de previsão de receita e fixação de despesa para um determinado período de tempo, geralmente, um ano, e constitui o documento fundamental das finanças do Estado, bem como da Contabilidade Pública”.

Em acordo, Negreiros e Vieira (2014) colocam que a arrecadação e alocação do erário é de interesse de toda a sociedade, pois define como os serviços serão entregues aos cidadãos.

Sobre o tema, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2016) esclarece que a receita e a despesa orçamentárias são para a “Administração Pública” sua essência, elas refletem os recursos que a máquina pública arrecada com impostos e seu retorno à comunidade por meio do fornecimento “de bens e serviços”.

No Brasil, o orçamento vem gradativamente evoluindo como peça de estudo, principalmente a partir da convergência às normas internacionais que trouxe modificações na Contabilidade Pública, despertando a necessidade de aprimoramento, padronização e qualidade nas demonstrações e informações prestadas aos cidadãos.

Apesar da relevância, estudos apontam que ainda há carência de publicações sobre orçamento público no país. De acordo com Sant’Ana, Fiirst e Silva (2015), são poucos os artigos que tratam do tema, seja na composição, seja na evolução do orçamento, e complementam que não há tratamento padronizado, principalmente quando as variáveis do processo são direcionadas à aplicação do orçamento no contexto da contabilidade pública.

Vários autores já publicaram trabalhos demonstrando esse cenário. Com destaque para Leite et al. (2008), que realizaram um levantamento da produção científica (teses e dissertações) no período de 1995 a 2006, e constataram que apenas 11 dissertações do total de 1257, representando 0,8% e 01 tese no universo de 112 abordaram o tema.

Brotti, Laffin e Borgert (2007) no estudo realizado, investigaram as publicações de trabalhos científicos sobre o tema orçamento público no Brasil, no período de 1980 a 2005, em suas considerações apontaram dentre outros, que houve aumento nas publicações a partir do ano 2000 e que o interesse no tema abarca diversas áreas de conhecimento.

Barcelos e Calmon (2014) ratificaram o apontamento de Brotti, Laffin e Borgert (2008) informando que as pesquisas em orçamento público têm sido produzidas a

---

Ponta Grossa, Paraná, Brasil – 06 a 08 de junho de 2018

partir de um “mosaico de perspectivas”, combinando estudos efetuados por “economistas, contadores, especialistas em administração pública, sociologia fiscal e direito público”.

Lyrio, Dellagnelo e Lunkes (2013) apresentaram o perfil metodológico da pesquisa sobre orçamento público realizada no Brasil, no período referente à primeira década do século XXI, identificando apenas 13 estudos na área.

Macêdo e Lavarda (2013) analisaram por meio de pesquisa bibliográfica, as características dos artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais sobre as matérias orçamento público, orçamento participativo e controladoria pública nos anos de 2005 a 2009, e em suas conclusões, sustentaram a carência de publicações nos temas em questão.

Respalhada nos dados apresentados, surge a questão que norteia a pesquisa: como tem se desenvolvido a pesquisa científica sobre orçamento público no Brasil? Com o propósito de responder ao referido questionamento, este trabalho tem como objetivo geral analisar o desenvolvimento das pesquisas científicas sobre orçamento público no Brasil no período de 2012 a 2016 e como objetivos específicos: (i) selecionar por meio de processo estruturado literatura científica (artigos) sobre orçamento público; (ii) elaborar a análise bibliométrica da literatura selecionada.

Com intuito de fomentar a discussão sobre orçamento público, justifica-se a realização da pesquisa devido à necessidade de vislumbrar em qual estágio estão as pesquisas na área. Como contribuição ao setor público, de forma prática, visa demonstrar a evolução do tema e disseminar conhecimento aos gestores que utilizam o orçamento como ferramenta de apoio para o planejamento de ações e tomada de decisões; possibilitando que as teorias e metodologias pesquisadas sejam aplicadas no desenvolvimento de suas atividades profissionais. Para pesquisadores e acadêmicos, sua importância consiste no incentivo para o crescimento no número de pesquisas sobre orçamento público, uma vez que apresentando o cenário recente, o perfil das publicações e conseqüentemente o aprimoramento na abordagem do tema, fornece embasamento teórico e instiga a realização novos estudos.

Para responder ao problema proposto, o artigo objetiva apresentar as pesquisas realizadas no período de 2012 – 2016, com enfoque nos artigos científicos publicados em dois sites renomados, Scielo e Spell e em alguns dos principais congressos brasileiros: EnANPAD, Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, Congresso ANPACONT e Congresso Brasileiro de Custos.

O Artigo está estruturado em partes, na primeira, o referencial teórico que demonstra de forma sucinta o conceito de orçamento público. Na segunda parte apresenta a metodologia aplicada no estudo. Na terceira, consta a apresentação e discussão dos resultados. Por fim, na última parte, são trazidas as considerações finais da pesquisa.

## **2 Referencial Teórico**

---

## 2.1 Orçamento Público

Segundo Matias-Pereira (2012), no século XIII, em virtude dos excessos cometidos pela nobreza britânica, ocorreu uma movimentação popular para reduzir a concentração de poderes. Este ato estabeleceu um marco para o princípio do orçamento, que resultou na “Carta Magna de 1215, de João Sem Terra (João III).” Neste contexto, o autor aponta que a abordagem do tema orçamento público está ligada às mudanças ocasionadas pela Revolução Industrial no mundo. No mesmo entendimento, Giacomoni (2017) reforça que o orçamento público, como instrumento, teve sua origem assinalada na Inglaterra, em meados de 1822.

De acordo com Giacomoni (2017), o “orçamento” é considerado um tema antigo e clássica ferramenta na administração pública, originalmente com viés de controle político, veio paulatinamente sofrendo mudanças e na atualidade é caracterizado por vários enfoques: “jurídico, econômico, financeiro, administrativo e contábil”.

Nessa conjuntura, Crepaldi e Crepaldi (2013) pontuam que a evolução do orçamento público foi caracterizada principalmente pela forma de avaliação, desenvolvendo-se do orçamento tradicional, preocupado especificamente com o controle político, “[...] dissociado dos processos de planejamento e programação”, para o orçamento moderno, com enfoque no planejamento, eficácia e eficiência do gasto público (CREPALDI e CREPALDI, 2013, p. 22).

A discussão sobre o tema orçamento público é de grande interesse, porque é por meio dele que são implementadas as políticas públicas pelo Estado.

O orçamento público dos governos federal, estadual, distrital e municipal compreende a previsão de todas as receitas que serão arrecadadas dentro de determinado exercício financeiro e a fixação de todos os gastos (despesas) que os governos estão autorizados a executar. Ainda, auxilia os gestores no processo de gestão, nas funções de programação, execução e controle (CREPALDI e CREPALDI, 2013, p. 19).

Conceitualmente mais abrangente, “o orçamento público, aceito como instrumento de planejamento e de controle da administração pública, apresenta-se com técnica capaz de permitir que periodicamente sejam reavaliados os objetivos e fins do governo” (MATIAS-PEREIRA, 2012, p. 299).

Atestam Santos e Camacho (2014, p. 84), o orçamento público é o [...] “instrumento de planejamento através do qual as políticas públicas são ordenadas segundo prioridades e selecionadas para integrar o plano de ação do governo [...]”.

Afirmam Dantas et al. (2014, p. 95-96) que o orçamento é um [...] “marco regulador capaz de direcionar a implementação de um programa de governo [...]”, tendo como base o erário provisionado e disponibilizado para cada ação governamental.

Com as constantes mudanças nos cenários políticos e econômicos, para atender aos objetivos propostos, o orçamento sofreu várias alterações. Conforme Giambiagi e Além (2016) ensinam, o governo tem se empenhado em estruturar o orçamento para proporcionar melhorias na qualidade e transparência.

Ponta Grossa, Paraná, Brasil – 06 a 08 de junho de 2018

Karpinski, Resmini e Raifur (2016) corroboram quando assumem que atualmente o orçamento público permite modificações, com o aceite de “novas técnicas de estudo” e adoção de diversificadas formas de compreensão e verificação.

A conceituação de orçamento moderno surge ainda no final do século XIX, com a ampliação da intervenção do Estado como regulador no sistema econômico, incorporando as funções de avaliação e planejamento. Teve como precursor os Estados Unidos, que em meados de 1950 adotou o orçamento por desempenho, inovador no sentido de apresentar a preocupação com os resultados dos dispêndios e analisar o que era efetivamente realizado com o recursos (GIACOMONI, 2017).

O método foi aperfeiçoado e na década de 1960, surge o Sistema de Planejamento, Programação e Orçamento – PPBS, que trouxe o foco na eficiência e eficácia da aplicação dos recursos, com ênfase nas fases de planejamento e avaliação das ações (GIACOMONI, 2017).

Da evolução do orçamento por desempenho, advém o orçamento-programa, interligado ao planejamento e a definição das metas traçadas para determinado período, tendo como elementos essenciais: objetivos, programas, custo e medidas de desempenho. O orçamento por programas enfatiza os fins, demonstrando qual a ação, seu objetivo e quem será o responsável pela realização da despesa (PISCITELLI; TIMBÓ e ROSA, 2006). O orçamento-programa foi adotado a partir dos anos 60 nos países da América Latina, com estímulo da Organização das Nações Unidas, que após a realização de estudos, o definiu como o modelo ideal, principalmente para países em desenvolvimento (GIACOMONI, 2017).

Outra classificação de orçamento, Base Zero, teve origem em 1968, na iniciativa privada e posteriormente foi adaptado ao setor público, segundo Kohama (2009), pode ser classificado como um processo operacional para elaboração do orçamento programa. Nesse modelo o administrador necessita fundamentar e decidir onde alocar os recursos, ponderando o custo-benefício de cada ação, sendo necessários “pacotes de decisão”. O Base Zero, é considerado por alguns autores como uma ferramenta auxiliar do orçamento programa e não como modelo de orçamento.

A partir de 1990, em alguns países desenvolvidos, voltou com nova modelagem, o orçamento por resultado ou desempenho, com maior enfoque na gestão do orçamento e determinação do desempenho (MATIAS-PEREIRA, 2012).

Ainda, nas últimas décadas com a tendência de transparência e democratização dos gastos públicos, ganhou força o orçamento participativo, que Macêdo e Lavarda (2013) definem como uma forma dos cidadãos atuarem democraticamente contribuindo para a formulação do orçamento, possibilitando a atuação ativa da comunidade na definição de prioridades orçamentárias.

## **2.1 Orçamento Público no Brasil**

No Brasil, a partir de 1808, na vinda da comitiva de Portugal surgem as primeiras noções de orçamento, desta época datam a criação do Erário Público e do regime de Contabilidade, no entanto, somente na Constituição de 1824 surgem as primeiras exigências quanto ao orçamento formal. Em 1827 foi formulada a que seria primeira lei orçamentária do país, porém devido à resistências e vários conflitos não foi

---



Ponta Grossa, Paraná, Brasil – 06 a 08 de junho de 2018

implementada, postergando para 1930 o primeiro orçamento brasileiro, aprovado pelo Decreto Legislativo de 15-12-1830 (GIACOMONI, 2017).

Em 1891, assinala-se outro marco, a alteração constitucional que passou a elaboração do orçamento para o Congresso Nacional. Até 1988, quando foi promulgada a sétima constituição, o tema sofreu várias alterações e durante esse período transformou-se de instrumento político e de controle para ferramenta de planejamento e tomada de decisões (GIACOMONI, 2017).

No arcabouço legal, a Lei 4.320 de 17 de março de 1964, trouxe a padronização dos procedimentos orçamentários nas três esferas, regulamentou o orçamento em âmbito legal e estabeleceu as normas de elaboração e controle do orçamento. Em seu Art. 2º evidencia que “A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo (sic), obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade” (BRASIL, 1964).

Após a publicação dessa norma o Brasil adotou o orçamento programa, o qual foi explicitado e instituído posteriormente em 1967, com a publicação do Decreto Lei 200 de 25 de fevereiro de 1967, que dispôs sobre a organização da Administração Federal (BRASIL, 1967).

De relevância para o tema, a Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, agrupou matérias às leis orçamentárias e procedimentos de transparência e controle fiscal (BRASIL, 2000).

A Constituição Federal de 1988 consolidou a atual política orçamentária do país, na qual estabeleceu na seção II, Art. 165, o PPA (Plano Plurianual), a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual), com suas principais características (BRASIL, 1988).

### **3 Metodologia**

#### **3.1 Enquadramento metodológico**

Quanto ao objetivo, este trabalho tem caráter descritivo, porque visa essencialmente [...] “a descrição das características de determinada população ou fenômeno [...]” (GIL, 1996, p. 46). Conforme Cervo, Bervian e da Silva (2012), a pesquisa descritiva busca constatar qual a regularidade da “ocorrência de um fenômeno” e sua correlação com os demais. Tais afirmações justificam a escolha da metodologia, uma vez que o estudo propõe mensurar qual a frequência de publicações sobre o tema orçamento público no período de cinco anos.

Como procedimento de coleta de dados utilizou a pesquisa bibliográfica, como fonte, considerou apenas os documentos secundários, que consistem nas bibliografias já publicadas e disponíveis para acesso. Marconi e Lakatos (2001) sugerem que independente da metodologia utilizada, toda investigação exige o levantamento de dados. Para Severino (2007) e Gil (1996), a pesquisa bibliográfica ocorre a partir de materiais já disponíveis, estudos já desenvolvidos por outros pesquisadores, sejam eles impressos ou eletrônicos. Sobre sua vantagem, Gil aponta a possibilidade do estudioso ter acesso a um acervo bem maior de dados para análise.

Ponta Grossa, Paraná, Brasil – 06 a 08 de junho de 2018

Em relação a abordagem do problema, a metodologia utilizada na pesquisa foi quantitativa, “[...] abordagem de pesquisa que tem como condições a capacidade de realizar generalizações a partir dos estudos e exige a possibilidade de replicabilidade dos dados encontrados [...]” (LYRIO, DELLAGNELO e LUNKES, 2013, p. 97).

### 3.2 Procedimentos para seleção do portfólio bibliográfico

Para definição da amostra, foram selecionados os artigos com abordagem ao tema “orçamento público” nos sites de pesquisas *Scientific Eletronic Library Online* (Scielo) e *Scientific Periodicals Electronic Library* (Spell), no período de cinco anos, considerando 2012-2016, foi utilizado para busca o termo “orçamento público”, no título, no resumo e nas palavras-chave. Nos congressos, o levantamento foi realizado pelo mesmo período, com filtro pelas por áreas temáticas nos anais dos eventos: (i) Congresso USP de Controladoria e Contabilidade: Contabilidade Governamental e Terceiro Setor; (ii) EnANPAD: áreas de Administração Pública e Contabilidade; (iii) Congresso ANPCONT: Contabilidade Aplicada ao Setor Público e ao Terceiro Setor. No Congresso Brasileiro de Custos – CBC, a pesquisa foi realizada somente pelo termo orçamento público, sem divisão por áreas.

Após a aplicação dos critérios, o portfólio reuniu 62 artigos vinculados ao tema, os quais foram tabulados com a utilização do software *Microsoft Excel*. Todos os documentos foram disponibilizados na íntegra.

Na composição da amostra, os trabalhos foram distribuídos de acordo com as bases de dados, 41 artigos mapeados nos sites Scielo e Spell, e 21 trabalhos distribuídos nos quatro eventos pesquisados.

### 3.3 Procedimentos para análise dos artigos do portfólio bibliográfico

As análises dos 62 artigos foram efetuadas tendo como escopo: a quantidade artigos publicados anualmente, os periódicos que mais publicaram, o número de autores por trabalho e quais as esferas de abordagem.

## 4 Apresentação e discussão dos resultados

Nesta parte, são apresentados e comentados os resultados alcançados com as análises efetuadas no portfólio selecionado.

Na tabela 1 apresenta-se a quantidade de artigos publicados nos eventos ANPACONT, CBC, EnANPAD e USP, no período de 2012 a 2016:

Eventos	2012	2013	2014	2015	2016	total
ANPCONT	0	0	0	0	1	1
CBC	0	1	2	1	1	5
EnANPAD	1	0	2	1	6	10
USP	1	0	2	1	1	5
<b>Total ano</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>21</b>
<b>Total em %</b>	<b>10%</b>	<b>5%</b>	<b>29%</b>	<b>4%</b>	<b>43%</b>	<b>100%</b>

Fonte: autor (2017)

Tabela 1 – Composição do portfólio – eventos

Ponta Grossa, Paraná, Brasil – 06 a 08 de junho de 2018

A tabela 1 demonstra o desenvolvimento de publicações no tema orçamento público analisado no período. Nos eventos, notadamente o ano de 2016 apresentou maior volume de artigos, com 09 trabalhos, representando 43% das publicações do período analisado. O EnANPAD foi o evento com maior aceite, com a divulgação de 66,67% do montante no ano de 2016. Os dados mostram que os anos de 2014 e 2016, tiveram publicações acima da média se considerados aos demais e ainda apontam o aumento de 450% em comparação ao ano de 2012.

A tabela 2 relaciona o número de artigos selecionados nas bibliotecas eletrônicas Scielo e Spell, no período de 2012 a 2016:

<b>Bases de dados</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Total</b>
Scielo	0	1	0	3	0	04
Spell	5	9	8	10	5	37
<b>Total ano</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>13</b>	<b>5</b>	<b>41</b>
<b>Total em %</b>	<b>12%</b>	<b>24%</b>	<b>20%</b>	<b>32%</b>	<b>12%</b>	<b>100%</b>

Fonte: autor (2017)

Tabela 2 – composição do portfólio – base de dados

Ao analisar os dados da tabela 2, observa-se que em relação aos sites, o ano de 2015 liberou maior número de trabalhos com abordagem no tema, com 13 publicações, concentrando 32% do total selecionado. Constata-se que não há um padrão de evolução e neste contexto não se pode afirmar que há crescimento nas publicações em orçamento público, pois os anos de 2012 e 2016 mantiveram o mesmo número de artigos.

A tabela 3 exibe em ordem decrescente os periódicos de acordo com o número de publicações no tema:

<b>Periódicos</b>	<b>Número de publicações</b>
Revista do Serviço Público	5
Revista de Administração Pública	4
Administração Pública e Gestão Social	3
Revista Capital Científico – Eletrônica	3
Contabilidade, Gestão e Governança	2
Revista de Contabilidade e Organizações	2
Revista Evidenciação Contábil & Finanças	2
Demais periódicos (20)	20
<b>Total</b>	<b>41</b>

Fonte: autor (2017)

Tabela 3 – Publicação em periódicos

Em relação aos periódicos que mais publicaram, a tabela 3 retrata que os 41 estudos disponibilizados nas bases de dados Scielo e Spell foram separados em 27 revistas, 07 concentraram as publicações na área. A Revista Serviço Público, classificada com Qualis B2, foi a expoente com 05 publicações, seguida pela Revista de Administração Pública, com classificação Qualis A2 e edição de 04 artigos. Essa



Ponta Grossa, Paraná, Brasil – 06 a 08 de junho de 2018

informação revela que no tema orçamento público não há consolidação de periódicos, uma vez que aparecem como resultado da pesquisa outras 20 revistas com veiculação de apenas 01 artigo cada.

Fator condicionante deste resultado decorre do mote orçamento público ter sido abordado em relação à diversas áreas de conhecimento, em múltiplos contextos: assistência social, saúde, política, educação, dentre outros. Cenário já exposto e corroborado por Brotti, Laffin e Borgert (2007) e Barcelos e Calmon (2014), nas considerações de seus trabalhos.

A tabela 4 indica o número de autores nos artigos pesquisados:

<b>Eventos/Base de Dados</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>Mais de quatro</b>	<b>Total de artigos</b>
ANPCONT	0	0	1	0	0	1
CBC	0	0	4	1	0	5
EnANPAD	1	5	2	1	1	10
USP	1	2	0	1	1	5
Scielo	2	2	0	0	0	4
Spell	6	17	9	4	1	37
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>26</b>	<b>16</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>62</b>
<b>Total em %</b>	<b>16%</b>	<b>42%</b>	<b>26%</b>	<b>11%</b>	<b>5%</b>	<b>100%</b>

Fonte: autor (2017)

Tabela 4 – Número de autores por artigo

Na tabela 4 é exposto o panorama do número de autores por artigo. Foram 26 estudos com 02 autores, representando 42% das publicações; 03 autores com 16 trabalhos, que detêm 26% do total selecionado. Convêm salientar que apenas 5% dos artigos foram escritos por mais de 04 pesquisadores.

Os números expõem que há variação de estudiosos na temática, sendo o orçamento público objeto de interesse para pesquisadores em diferentes áreas de conhecimento.

A tabela 5 mostra quais os autores com maior número de artigos publicados:

<b>Autores</b>	<b>Número de artigos</b>
Ricardo Corrêa Gomes	4
Welles Matias de Abreu	4
Rogério João Lunkes	3
Carlos Eduardo Facin Lavarda	2
Ricardo Rocha de Azevedo	2

Fonte: autor (2017)

Tabela 5 – Autores por publicação

Outro indicador que confirma os dados apontados na tabela 4 é apresentado na tabela 5, que traz o reduzido número de autores, representados em ordem decrescente, com mais de um artigo publicado nos periódicos e/ou eventos pesquisados. Apenas dois autores com participação em 04 artigos cada, um autor em 03 estudos e dois

Ponta Grossa, Paraná, Brasil – 06 a 08 de junho de 2018

pesquisadores com 02 trabalhos publicados. No portfólio analisado, distribuídos nos sessenta e dois artigos foram relacionados 143 autores.

O estudo constatou ainda, que das 62 pesquisas, apenas 06 foram publicadas em língua estrangeira, no caso em tela língua inglesa, com 04 artigos de autores brasileiros.

Na tabela 06 são apresentados os trabalhos em relação à abordagem por esfera:

<b>Esfera</b>	<b>Número de artigos</b>	<b>Total em %</b>
Federal	20	33%
Municipal	17	27%
Outros	17	27%
Estadual	8	13%
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>100%</b>

Fonte: autor (2017)

Tabela 6 – Abordagem por esfera

Após a leitura dos títulos e resumos dos artigos, verifica-se na tabela 6 que as pesquisas foram distribuídas de maneira uniforme, com pequeno despontar na esfera federal, com 20 trabalhos, representando 33% das publicações. Com enfoque na esfera municipal e em outros, aparecem 17 estudos com o mesmo percentual de 27%. Representado outros, neste contexto, são os casos que tiveram como prisma levantamentos bibliográficos/bibliométricos, comparativos entre países, abordagens sobre programas de governo, envolvendo mais de uma esfera no mesmo artigo e demais situações nas quais não foi possível vincular o artigo a uma esfera.

Nesse diapasão é conveniente acentuar que poucos estudos contemplaram orçamento de forma direta como tema principal da publicação, com destaque para abordagem sobre orçamento participativo, escopo de 06 artigos, representando 9,7% da amostra explorada. Nos demais, ocorreu a predominância do tratamento indireto, vinculando orçamento público à ferramentas de gestão e controle, sistemas de custos, contabilidade pública, transparência e governança e processos de descentralização orçamentária.

#### **4 Considerações finais**

O artigo demonstrou que o tema orçamento público vem evoluindo gradativamente, foi remodelado, aprimorado e atualmente está intrinsecamente ligado ao planejamento. No Brasil, a Constituição de 1988, figura como marco desse elo consolidando a atual política orçamentária.

No período de 2012 a 2016, o orçamento público foi tema de interesse para vários estudiosos, os resultados da pesquisa destacaram cento e quarenta e três autores elencados nos sessenta e dois trabalhos publicados em periódicos e eventos no período de 2012 – 2016, apresentaram ainda, que há oscilações no número de publicações. Nos eventos, no ano de 2016, ocorreu o maior número de publicações, nove trabalhos, representado 43% do total. Já os periódicos tiveram maior

Ponta Grossa, Paraná, Brasil – 06 a 08 de junho de 2018

concentração no ano de 2015, treze artigos, 32% do montante. A revista Serviço Público e o evento EnANPAD se destacaram nas veiculações dos trabalhos.

O levantamento apontou, após a leitura dos resumos, que o orçamento público foi abordado nas três esferas e o cerne da pesquisa foi bastante diversificado, com abordagens indiretas ao tema. Constatou ainda, correlação com diversas áreas de conhecimento e em múltiplos contextos: assistência social, saúde, política, educação, dentre outros.

A partir dos resultados demonstrados, considera-se que o estudo atendeu ao objetivo proposto, que foi apresentar o desenvolvimento da pesquisa científica sobre orçamento público no Brasil, no período de 2012 a 2016.

Nas limitações da pesquisa apontam-se: (i) a definição da amostra, composta apenas de artigos científicos; (ii) o período determinado para o levantamento, que compreendeu cinco anos e; (iii) a delimitação das fontes de dados, restritas a quatro eventos nacionais e consultas em apenas duas plataformas de pesquisa.

Como recomendação para investigações futuras sobre orçamento público, sugere-se que sejam realizados novos levantamentos da produção científica, com a inclusão de teses e dissertações, e estudos de maior abrangência, com a utilização de outras bases de dados nacionais e internacionais.

## Referências

AZEVEDO, R. R.; AQUINO, A. C. B. O planejamento em municípios de pequeno porte em São Paulo. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 10, n. 26, p. 63-76, 2016.

BARCELOS, C. L. K.; CALMON, P. C. P. A reforma gerencial do orçamento brasileiro: em busca de múltiplos significados. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 1, p. 159-181, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**. 7. ed. Brasília – DF, 2016. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BROTTI, V.; LAFFIN, M.; BORGERT, A. Orçamento Público – Levantamento dos artigos, dissertações, e teses no Brasil entre 1980 e 2005 em algumas das principais fontes de publicações disponíveis em meio eletrônico. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2007, Cidade Universitária. São Paulo. **Anais Eletrônicos...** São Paulo, FEA – USP, 2007. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/anais/artigos72007/353.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

Ponta Grossa, Paraná, Brasil – 06 a 08 de junho de 2018

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. p. 55-87.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Orçamento Público: Planejamento, Elaboração e Controle**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 17-26.

DANTAS, F. C.; ALBUQUERQUE, L. S.; RÊGO, T. F.; CARVALHO, J. R. M.; BATISTA, F. F. O orçamento público como ferramenta efetiva para gestão e controle financeiro da administração pública: uma análise da percepção dos gestores municipais da microrregião de Sousa/PB. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 2, n. 1, p. 91-104, 2014.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. Sol Garson (colaboradora). 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. p. 483-506.

GIL, Carlos Antonio. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996. p. 45-61.

KARPINSKI, J. A.; RESMINI, G.; RAIFUR, L. A efetividade da Lei Orçamentária Anual – LOA: um estudo do crescente número de alterações Orçamentárias em um Município de Pequeno Porte na Região Centro Sul do Estado do Paraná. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 14, n. 2, p. 109-121, 2016.

KOHAMA, Heilio, **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 35-59.

LEITE, R. M.; CHEROBIM, A. P. M. S.; SILVA, H. DE F. N.; BUFREM, L. S. Orçamento empresarial: levantamento da produção científica no período de 1995 a 2006. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 19, n. 47, p. 56-72, 2008.

LYRIO, M. V. L.; DELLAGNELO, E. H. L.; LUNKES, R. J. O perfil metodológico da produção científica em orçamento público: uma análise do cenário brasileiro na primeira década do século XXI. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, n. 1, p. 90-106, 2013.

MACÊDO, F. F. R. R.; LAVARDA, C. E. F. Características da produção científica nacional e internacional sobre orçamento público, orçamento participativo e controladoria pública na primeira década do século XXI. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 5, n. 1, p. 70-90, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metologia do Trabalho Científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 43-44.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas: Foco na Política Fiscal, no Planejamento e Orçamento Público**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 290-313.

NEGREIROS, Letícia Fernandes; VIEIRA, Saulo Fabiano Amâncio. A Eficiência das Escolas da Região Metropolitana de Londrina: um estudo a partir da Análise Envoltória de Dados (DEA). In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2014, Cidade Universitária. São Paulo. **Anais Eletrônicos...** São Paulo, FEA – USP, 2014. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/anais/artigos142014/219.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias; ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade Pública: Uma Abordagem da Administração Financeira Pública**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 22-41.

SANT'Ana, Camila Freitas; FIIRST, Clóvis; SILVA, Marcia Zaniewicz. Análise dos estudos empíricos brasileiros sobre o desempenho orçamentário público. In: XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 2015, Foz do Iguaçu. **Anais Eletrônicos...** Foz do Iguaçu, CPC, 2015. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/3915/3916>>. Acesso em 08 jul. 2017.

SANTOS, L. A. D.; CAMACHO, E. U. Orçamento público municipal: uma análise no município de Cosmópolis/SP com enfoque no equilíbrio das receitas x despesas no período de 2007 a 2012. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 2, n. 2, p. 82-94, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 99-124.